

## Caracterização da área de Serviço Social

*Maria Marieta dos Santos Koike (UFPE/ABESS)*

*Maria Rachel Tolosa Jorge (UNESP)*

*Mariângela Belfiore Wanderley (PUC/SP)*

*Márcia Villela Tamamoto (UFRRJ)*

*Marina Maciel Abreu (UFMA)\**

Este documento apresenta uma caracterização da área de Serviço Social com a finalidade de referenciar o MEC/SESu em suas funções de definição de política acadêmica para a área.

### 1. As origens da área: breve histórico

O surgimento do Serviço Social no País remonta aos anos 30-40, nos marcos da expansão urbano-industrial, que traz a *questão social* para o centro do cenário histórico nacional. Esta se torna foco de atenção por parte do Estado, do empresariado e da Igreja Católica, que passam a regular e administrar as tensões sociais, criando-se o terreno sócio-histórico que viabiliza a profissionalização do Serviço Social.

O Serviço Social é impulsionado inicialmente pela Igreja Católica, que, na busca de reafirmar sua influência na sociedade, parte para a qualificação de quadros laicos para a atuação junto a famílias operárias.<sup>1</sup>

---

\* Integrantes da Comissão de Especialistas em Ensino de Serviço Social — MEC/SESu.

1. É citado em São Paulo, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social — CEAS —, considerado marco pioneiro na constituição do Serviço Social no País. Ainda em 1936, é fundada



Mas é no pós-guerra que ocorre a efetiva *institucionalização do Serviço Social no País*, com a ampliação da demanda de Assistentes Sociais por parte dos organismos estatais, de entidades empresariais e filantrópicas que passam a atuar sistematicamente na formulação e implementação de políticas sociais públicas e privadas e na viabilização de serviços sociais concorrentes.<sup>2</sup> São assim estabelecidas as bases de um *mercado profissional de trabalho*, ampliado com as iniciativas empresariais no campo dos benefícios sociais e na área de recursos humanos. A expansão da demanda profissional é alimentada pelos centros de formação, que passam a fornecer a força de trabalho especializada para atuar frente às múltiplas expressões da questão social, em campos como saúde e previdência, educação do trabalhador, infância e adolescência, habitação popular, família e comunidade, assistência pública, sistema escolar e penal, empresa etc.

Implantada no País como uma profissão de nível superior, verifica-se uma rápida expansão das unidades de ensino no espaço nacional, que passam a ser articuladas, a partir de 1946, pela então *Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (atualmente Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social)*. Esta entidade tem como funções precípuas integrar as unidades de ensino, zelar pela qualidade da formação profissional, estimular a pesquisa como base da produção acadêmica na área de Serviço Social, assegurar a permanente atualização do ensino frente às mudanças da realidade brasileira, atenta às suas expressões no mercado de trabalho. Enfim, consolidar uma política de formação profissional em Serviço Social no País, com a efetiva participação das unidades de ensino filiadas. Desde sua criação, a ABESS procurou articular-se com as entidades acadêmicas e profissionais do Serviço Social da América Latina e de outros continentes, filiando-se a entidades internacionais congêneres.<sup>3</sup> Hoje, com uma tradição de 50 anos, a ABESS abrange 71 unidades de ensino filiadas — englobados os programas de pós-graduação —, o que a primeira Escola de Serviço Social, hoje vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Estabelece-se, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o núcleo difusor e impulsionador da expansão das unidades de ensino na área de Serviço Social no contexto nacional.

2. São criadas as grandes instituições de corte assistencial e sócio-educativo, como a Legião Brasileira de Assistência, SESI, SESC e SENAI; expandem-se os institutos de previdência social e institucionalizam-se, nos governos estaduais e municipais, áreas de atendimento no amplo campo do bem-estar social.

3. Dentre as entidades referidas estão a Asociación Latinoamericana de Trabajo Social — ALAETS — e seu órgão acadêmico, o Centro Latino Americano de Trabajo Social — CELATS; International Association of Social Work (IASW); Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social, membro do International Council On Social Welfare (ICSW).

He outorga uma sólida legitimidade no meio acadêmico do Serviço Social. No exercício de suas funções, a ABESS conta, desde 1987, com o suporte acadêmico do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social — CEDEPSS. Este órgão tem como função propiciar o intercâmbio de pesquisadores, estimulando e articulando a pesquisa na graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo em que se constitui em fórum de integração da pós-graduação *stricto e lato sensu*, no País.

A maioria das unidades de ensino de graduação em Serviço Social surgiu como unidades isoladas de ensino superior. É no pós-64 que ocorre a *efetiva integração do ensino de Serviço Social à Universidade pública e privada*.

## 2. Demandas profissionais e mercado de trabalho<sup>4</sup>

Atualmente, a profissão encontra-se regulamentada pela *Lei 8662*,<sup>5</sup> de 17/6/93, e orientada pelo *Código de Ética Profissional do Assistente Social*, Resolução do Conselho Federal de Serviço Social n. 273/93.

Ao longo de seu desenvolvimento, o Serviço Social foi requerido como uma profissão fundamentalmente interventiva, situada no âmbito da prestação de serviços sociais, previstos pelas políticas públicas e privadas.

A Carta Constitucional de 1988 trouxe uma ampliação na área dos direitos sociais, cuja normatização abre novas frentes para o exercício profissional na área da segurança social, no seu tripé saúde, previdência e assistência, campo privilegiado da atuação do Serviço Social. Ampliou-se

4. Este item está apoiado nos seguintes documentos: IAMAMOTO, Marilda Villela, *Política de Prática Acadêmica*, Faculdade de Serviço Social/UFJR, Janeiro 1997; SILVA, Ademir Alves da, *A profissão do Assistente Social no limiar do novo século*, Faculdade de Serviço Social/PUCCSP, 1997; e PEREIRA, Zélia, et al. *Demandas sociais, subjetividade e gênero: elementos substantivos para a formação profissional de Assistentes Sociais*, Projeto integrado de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Sociais, DSS/UFPE, 1995.

5. A referida lei, em seu artigo 5º, estabelece as atribuições privativas do Assistente Social, fornecendo parâmetros para as atividades de fiscalização do exercício profissional. Dentre estas destacamos as que incidem sobre a formação profissional, como: V) assumir o magistério de Serviço Social, tanto ao nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI) treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII) dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação; VIII) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisas em Serviço Social.

a possibilidade de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, através de mecanismos privilegiados como os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais e os Conselhos de Direitos dos segmentos prioritariamente contemplados pela política de assistência social: crianças e adolescente, idosos e deficientes.

A descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas sociais vêm representando outra possibilidade de alargamento do espaço ocupacional dos Assistentes Sociais, no que se refere à *formulação, gestão e avaliação de políticas sociais e no âmbito do poder local*.

Verifica-se, hoje, a diversificação da demanda do Assistente Social para além da linha executiva, abrangendo *pesquisas, planejamento, assessorias e consultorias, capacitação, treinamentos, gerenciamento de recursos e projetos*. Crescem os trabalhos em *parcerias institucionais, em equipes multidisciplinares* tanto no setor público, como no privado. Agregam-se *assessorias a organizações sindicais, a movimentos sociais e a parlamentares*.

Por outro lado, as reformas do Estado vêm modificando as condições de trabalho, nas esferas pública e privada, ocasionando a extinção de serviços e de postos de trabalho, demissões, a suspensão de concursos públicos, a contenção de salários, a corrida à aposentadoria, enfim, a precarização das relações de trabalho.

O crescimento do chamado *terceiro setor*, formado pelas organizações não-governamentais vinculadas à defesa dos direitos sociais e humanos e à prestação de serviços neste campo, vem diversificando o mercado profissional de trabalho. Nesta mesma direção está a expansão da "filantropia empresarial", através das fundações e organizações sociais.

As transformações que vêm sendo operadas no "mundo do trabalho", em decorrência das inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais, nos marcos da globalização da produção e dos mercados, alteram tanto as *formas de produção, quanto as formas de gestão da força de trabalho*, de modo a responder aos padrões da produtividade e qualidade estabelecidos pela competitividade capitalista internacional. Tais transformações afetam transversalmente o espaço ocupacional do Assistente Social, ao nível das demandas e das funções desempenhadas e, conseqüentemente, da qualificação exigida.

A reengenharia, a terceirização, o gerenciamento participativo, as novas tecnologias de organização da produção e as novas configurações das relações de trabalho passam a requerer distintas respostas do Serviço

Social no campo do trabalho, tais como: programas de melhoria da qualidade de vida no trabalho, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, organização de processos produtivos. Este redimensionamento do espaço ocupacional requer um novo desenho do perfil profissional, que exige conhecimentos de línguas estrangeiras, de informática, sintonia com as mudanças e atenção à qualificação contínua. Requerista-se um profissional crítico, com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, dotado de habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidades de negociação, resolução e argumentação, habilitado para o trabalho interdisciplinar e para atuar no campo da consultoria.

Tais elementos indicam uma tendência de superação da formação profissional na perspectiva restrita das especializações, salientando-se a preferência por *um profissional competente em sua área de desempenho, generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações, em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho*.

Este documento apresenta, a seguir, dados atuais da realidade do ensino em Serviço Social, fornecidos pelo MEC/SESU (1994), pela CAPES (1995) e ABESS (1997), estes últimos a partir de levantamento realizado em uma amostra de 60% das unidades de ensino credenciadas e filiadas à entidade.

### 3. A graduação em Serviço Social

O ensino de graduação em Serviço Social é atualmente regido pelo currículo mínimo aprovado em 1982 (Parecer CFE 412 de 4/8/82). As significativas transformações verificadas no Estado e na sociedade, no Brasil, nos anos 80/90, aliadas ao amadurecimento acadêmico da área, impulsionaram a revisão do ensino, hoje consubstanciada numa nova proposta de formação profissional. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da ABESS, em 8/11/96, e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, em março de 1997, como "Diretrizes Básicas para o Curso de Serviço Social", conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases, n. 9394, de 20/12/96.

Os cursos de graduação em Serviço Social encontram-se concentrados nas regiões Sul e Sudeste seguidas da região Nordeste. A presença de cursos de Serviço Social nas regiões Norte e Centro-Oeste é ainda

rarefeita. Observa-se, nas regiões de maior extensão territorial do País, a existência de uma reduzida presença de cursos, o que corresponde a 9,7% do total das unidades de ensino. Em contrapartida, 72,3% das unidades de ensino situam-se nas regiões Sudeste e Sul do País, concentrando esta que se evidencia, também, em outras áreas profissionais.

Em todas as regiões registra-se a presença de IES públicas e privadas, ainda que sua distribuição seja bastante diferenciada. As regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores índices de IES públicas, enquanto esta situação se inverte nas regiões Sul e Sudeste.

Há uma predominância de ensino privado no Serviço Social, respondendo a 57% das entidades mantenedoras. O sistema público federal de ensino responde por 23,6% dos cursos e os sistemas estadual e municipal por aproximadamente 20%. Estas observações estão referenciadas nas tabelas a seguir.

**Tabela 1**  
Cursos de graduação em Serviço Social, por região e dependência administrativa. Brasil, 1994

Região	Total		Dependência administrativa	
	Abs.	%	Abs.	%
Norte	3	4,2	2	8,0
Nordeste	13	18,0	10	4,0
Centro-Oeste	4	5,5	2	8,0
Sul	16	22,3	3	12,0
Sudeste	36	50,0	8	32,0
Total	72	100,0	25	100,0

Fonte: MEC/SESU. Catálogo Geral das Instituições de Ensino. Dados Globais das IES, 1994.

**Tabela 2**  
Natureza das entidades mantenedoras dos cursos de Serviço Social. Brasil, 1994

Natureza das entidades mantenedoras	N. de cursos	%	
		Abs.	%
Privada	41	57,0	
Federal	17	23,6	
Estadual	8	11,1	
Municipal	6	8,3	
Total	72	100,0	

Fonte: MEC/SESU. Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior, 1994. Graduação e Pós-graduação, 1994.

A demanda potencial e real para a graduação em Serviço Social pode ser analisada através dos dados que se seguem.

**Tabela 3**  
Concluintes do 2º grau, oferta de vagas em Serviço Social, inscritos e aprovados no vestibular e total de ingressos nos Cursos de Serviço Social. Número total de cursos. Brasil, 1994

Região	Concluintes de 2º grau	Vagas em Serviço Social	Inscritos no vestibular	Aprovados	Total de ingressos S.S.	Nº de cursos
Norte	45.070	270	2.845	482	270	3
Nordeste	172.370	1.365	7.126	2.050	1.170	13
Centro-Oeste	54.683	280	1.012	315	286	4
Sul	121.438	1.046	1.347	1.011	781	16
Sudeste	355.273	3.444	6.521	3.203	2.251	36
Total	748.273	6.405	18.851	7.061	4.758	72

Fonte: MEC/SESU/COSIN/DAIN/SANAI. Dados Globais do Curso de Serviço Social, 1994. Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior, 1994.

A demanda potencial para os cursos de Serviço Social é apresentada nas tabelas a seguir, considerando as relações entre a população de 18 a 24 anos, concluintes do 2º grau e o número de vagas ofertadas nessa área.

**Tabela 4**  
Relação entre população na faixa etária de 18 a 24 anos, por região (1991), e vagas oferecidas nos Cursos de Serviço Social no Brasil em 1994

Região	População de 18 a 24 anos	Vagas oferecidas (1994)		Relação população-vagas	
		Abs.	%	Abs.	%
Norte	1.879.098	270	4,21	6.959	0,014
Nordeste	5.576.005	1.365	21,31	4.084	0,024
Centro-Oeste	1.356.899	280	4,37	4.846	0,020
Sul	2.879.253	1.046	16,33	2.752	0,036
Sudeste	8.181.508	3.444	53,77	2.375	0,042
Total	19.872.763	6.405	100,00	3.102	0,032

Fonte: IBGE. Censo demográfico de 1991 (população de 18 a 14 anos) MEC/SESU/COSIN/DAIN. Dados Globais das IES, 1994.

**Tabela 5**  
Relação entre o número de concluintes do 2º grau (1991) e a oferta de vagas em Serviço Social, Brasil, 1994

Região	Concluintes do 2º grau	Vagas em Serviço Social	Relação dos concluintes do 2º Grau/Vagas em Serviço Social	
			Abs.	%
Norte	45.070	270	167	0,59
Nordeste	172.370	1.365	126	0,79
Centro-Oeste	54.683	280	195	0,51
Sul	121.438	1.046	116	0,86
Sudeste	355.273	3.444	103	0,96
Total	748.834	6.405	117	0,85

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1991 (população de 18 a 24 anos). MEC/SESU/CO-SIN/DAIN. Dados Globais das IES, Sistema Público Federal, 1994.

Os maiores índices de demanda potencial estão nas regiões Sudeste e Sul, seguidas da região Nordeste. No Norte e Centro-Oeste, essa demanda reflete as características regionais quanto à densidade demográfica e às condições do ensino superior.

A demanda real é de 2,9 candidatos por vaga. Esta demanda, entretanto, distribui-se de forma acentuadamente diferenciada nas regiões, tal como pode ser observado no desdobramento da tabela que se segue.

**Tabela 6**  
Relação entre inscritos no vestibular e vagas ofertadas em Serviço Social, por regiões, Brasil, 1994

Região	Inscritos no vestibular	Vagas em Serviço Social	Relação inscritos/vagas
Norte	2.845	270	10,5
Nordeste	7.126	1.365	5,2
Centro-Oeste	1.012	280	3,6
Sul	1.347	1.046	1,2
Sudeste	6.521	3.444	1,8
Total	18.851	6.405	2,9

Fonte: MEC/SESU/COSIN/DAIN/SANAI. Dados Globais do Curso de Serviço Social, 1994. Catálogo Geral das Instituições do Ensino Superior, 1994.

A região Norte apresenta a maior demanda (10,5), seguida do Nordeste (5,2) e Centro-Oeste (3,6), contrastando com as regiões Sul (1,2) e Sudeste (1,8), onde se concentra o maior número de vagas e de IES, essas predominantemente de natureza privada, conforme já mencionado (Tabela 1).

A distribuição de vagas entre as IES públicas e privadas nas regiões, demonstrada na Tabela 7, indica que as IES públicas respondem com uma reduzida oferta de vagas.

**Tabela 7**  
Vagas oferecidas pelos Cursos de Serviço Social, conforme natureza das IES, por região, Brasil, 1994

Natureza	Regiões					%	
	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul		Sudeste
Públicas	1.915	160	845	100	190	720	30
Privadas	4.390	110	520	180	856	2.724	70
Total	6.405	270	1.375	280	1.046	3.444	100

Fonte: MEC/SESU/COSIN/DAIN/SANAI. Dados Globais do Curso de Serviço Social, 1994. Catálogo Geral das Instituições de Nível Superior, 1994.

A relação entre o número de aprovados no vestibular e o de ingressantes indica a existência de uma demanda real que não tem sido absorvida pelos Cursos de Serviço Social, demonstrando, também, uma desigual distribuição de vagas.

**Tabela 8**  
Relação entre aprovados no vestibular e ingressantes nos Cursos de Serviço Social, Brasil, 1994

Região	Aprovados no vestibular	Ingressantes	Relação aprovado/ingressante (%)
Norte	482	270	56
Nordeste	2.050	1.170	57
Centro-Oeste	315	286	90
Sul	1.011	781	77
Sudeste	3.203	2.251	70
Total	7.061	4.758	67

Fonte: MEC/SESU/COSIN/DAIN/SANAI. Dados Globais do Curso de Serviço Social, 1994. Catálogo Geral das Instituições do Ensino Superior, 1994.

Considerando a relação entre o número de inscritos no vestibular e o total de ingressantes nos Cursos de Serviço Social, pode-se verificar que essa absorção apresenta índices mais elevados na região Sul. O Norte e o Nordeste respondem com as menores proporções. O Centro-Oeste e o Sudeste registram índices intermediários. É o que demonstra a tabela a seguir.

**Tabela 9**  
Relação entre o número de inscritos no vestibular e o total de ingressos nos Cursos de Serviço Social em 1994

Região	Inscritos no vestibular	Total de ingresso no Curso de Serviço Social	%
Norte	2.845	270	9,5
Nordeste	7.126	1.170	16,4
Centro-Oeste	1.012	286	28,3
Sul	1.347	781	58,0
Sudeste	6.521	2.251	34,5
Total	18.851	4.758	25,2

Fonte: MEC/SESU/COSIN/DAIN/SANAI. Dados Globais do Curso de Serviço Social, 1994. Catálogo Geral das Instituições do Ensino Superior, 1994.

Analisando a relação entre ingressantes e diplomados observa-se que o maior índice percentual de concluintes de curso está na região Centro-Oeste, com 75,5%; as demais regiões se equiparam nessa relação. É importante ressaltar que o menor índice percentual de diplomados se encontra na região Sul, precisamente a que concentra o maior número de ingressantes.

**Tabela 10**  
Relação ingressos/diplomados no Curso de Serviço Social. Brasil, 1994

Região	Ingresso no Curso de Serviço Social	Diplomados	%
Norte	270	173	64,0
Nordeste	1.170	673	57,5
Centro-Oeste	286	216	75,5
Sul	2.251	1.269	56,3
Sudeste	781	473	60,5
Total	4.758	2.804	58,9

Fonte: MEC/SESU/COSIN/DAIN. Dados Globais das IES, 1994.

Um dos indicadores da qualidade da formação profissional é a qualificação do corpo docente, a qual se apresenta privilegiada na área de Serviço Social: o Índice de Titulação do Corpo Docente (IQCD)<sup>6</sup> é de 2,64, sendo que 54% do total de docentes apresenta titulação de mestre ou doutor, o que pode ser verificado pela tabela que se segue.

$$6. \text{IQCD} = \frac{\% \text{ de doutores} \times 5 + \% \text{ de mestres} \times 3 + \% \text{ de especialistas} \times 2 + \% \text{ de graduados} \times 1}{100}$$

**Tabela 11**  
Qualificação acadêmica do corpo docente dos Cursos de Serviço Social. Brasil, 1997

Região	Titulação									
	Total		Doutorado		Mestrado		Especialização		Graduação	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Norte	21	2,0	—	—	5	23,8	16	76,2	—	—
Nordeste	220	25,0	11	5,0	84	38,2	96	43,6	29	13,2
Centro-Oeste	63	7,0	6	9,5	23	36,5	23	36,5	11	17,5
Sul	377	42,0	78	20,7	158	42,0	99	26,2	42	11,1
Sudeste	218	24,0	13	6,0	108	49,5	76	35,0	21	9,5
Total	878	100,0	108	12,0	373	42,0	294	33,3	103	117,0

Fonte: ABESS. Caracterização da IES de Serviço Social, 1997.

Os dados constantes na Tabela 11 indicam uma maior concentração de docentes com título de Mestre (42%), seguida do índice de 33,4%, relativo a docentes com titulação de Especialistas. Isto denota um esforço de elevação do nível de qualificação do corpo docente.

Estas observações são reafirmadas na medida em que, ao se confrontarem os extremos da qualificação do corpo docente, representados pelos Doutores e Graduados, os primeiros apresentam-se em maior número, indicando tendência de elevação dessa qualificação.

Quanto à distribuição regional, o Sudeste concentra o maior número de Doutores (20,7%). Consta-se aí, também, alto índice de Mestres (42%) e Especialistas (26,2%). Pode-se relacionar essa realidade à oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nessa região. A região Sul destaca-se pela maior concentração de Mestres (49,5%) e, também, elevado índice de Especialistas (24%), sendo uma região mais próxima aos centros de pós-graduação. Os Especialistas são predominantes nas regiões Norte (76,2%), Nordeste (43,6%) e Centro-Oeste (36,5%), seguindo-se os Mestres, no Norte (23,8%), Nordeste (38,2%) e Centro-Oeste (36,5%). Esta constatação traduz a baixa oferta de pós-graduação nessas regiões.

#### 4. Produção acadêmica e pesquisa na área de Serviço Social: a integração entre graduação e pós-graduação

Há 25 anos, em 1972, foram criados os dois primeiros programas de mestrado em Serviço Social, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, em Universidades Católicas (PUC/SP e PUC/RJ). Segue-se, em 1976, a implantação do primeiro mestrado numa Universidade Federal, no caso

a UFRJ. Neste período, verifica-se também a descentralização do ensino pós-graduado para o Sul (PUC/RS, em 1976) e para o Nordeste (UFPE, em 1978 e UFPE, em 1979). Este núcleo original da pós-graduação demarca claramente o *cardier recente* de sua institucionalização. Ele é adensado, na década de 90, com a criação de mestrados na UnB (1991), na UNESP (1992), na UFAL (1994) — esta em parceria com a UFPE —, na UFPA (1995), na Universidade Católica de Pelotas (1995) e na UFPI (1996), em parceria com a PUC/SP.

O primeiro doutorado em Serviço Social na América Latina é criado em 1981, na PUC/SP. Na década de 90, é acompanhado pela UFRJ, encontrando-se ainda em fase de consolidação o doutorado da UNESP/Franca e da UFPE, este em parceria com a UFRJ.

Tabela 12  
Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, Brasil, 1997

Região	Cursos de pós-graduação			
	Mestrado	%	Doutorado	%
Norte	2*	16,66	—	—
Nordeste	3**	25,00	1***	25,00
Centro-Oeste	1	8,33	—	—
Sul	2	16,66	—	—
Sudeste	4	33,33	3	75,00
Total	12	100,00	4	100,00

Fonte: Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, 1997.

(\*) Um destes cursos realiza-se em parceria PUC/SP/UFPI.

(\*\*) Um destes cursos realiza-se em parceria UFPE/UFAL.

(\*\*\*) Parceria UFRJ/UFPE.

Os programas de pós-graduação produziram, até maio de 1996, 737 dissertações de mestrado e 47 teses de doutorado, contando ainda com 150 projetos vinculados a 28 linhas de pesquisa<sup>7</sup>. Atualmente, existe a média de 230 alunos/ano em fase de elaboração de dissertação ou tese.

Recente publicação do *Catálogo de teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no período de 1974 a 1995*<sup>8</sup> apresenta o estado da arte na área de Serviço Social no País.

7. Cf. CAPES. *Avulção dos cursos de pós-graduação em Serviço Social 1994-1995*. Brasília, maio 1996.

8. Cf. KAMEYAMA, Nobuco et al. *Catálogo de teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no período de 1974 a 1995*. UFRJ, novembro 1996.

Tabela 13  
Pesquisadores em Serviço Social por programas de pós-graduação *stricto sensu*, Brasil, 1995

Programa de pós-graduação	Total		Pesquisadores docentes		Pesquisadores estudantes	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
UnB	118	26,6	13	12,5	26	22,7
UFRJ	99	22,3	20	19,2	10	8,7
PUC/RS	65	14,7	15	14,5	37	32,2
UFPE	52	11,7	9	8,6	18	15,6
PUC/RJ	38	8,6	7	6,8	7	6,1
UFPE	34	7,7	20	19,2	—	—
PUC/SP	28	6,3	11	10,6	17	14,7
UNESP	9	2,1	9	8,6	—	—
Total	443	100,0	104	100,0	115	100,0

Fonte: CAPES. Cadastro Geral de Cursos, 1995.

Cursos de pós-graduação *lato sensu* são também desenvolvidos pelas unidades de ensino. Em recente levantamento efetuado pela ABESS em uma amostra de 60% dos 71 cursos credenciados, filiados à entidade, constatou-se a existência de 20 cursos de pós-graduação *lato sensu*, envolvendo 230 docentes e 1054 alunos.

Ressalte-se o *cardier recente* desta área de conhecimento, cujo incremento ocorreu a partir dos anos 80, o que resultou no reconhecimento da área pelas agências de fomento. É assim que, em 1984, foi conquistada a institucionalização junto ao CNPq de uma área para a pesquisa em Serviço Social (6.10.00.00), no campo das Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7), com duas subáreas: Fundamentos do Serviço Social (6.10.01.00-7) e Serviço Social Aplicado (6.10.02.00-7).

A ABESS/CEDEPSS realizou cinco Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), sendo o último em novembro de 1996, no Rio de Janeiro. Neste encontro, foram apresentados 74 trabalhos escritos e 89 orais, totalizando 163 exposições, contando com 19 grupos de pesquisas integradas, o que demonstra a vitalidade da pesquisa na área.

Pesquisa realizada pelo CEDEPSS, em 1996, sobre "A situação da pesquisa em Serviço Social nas unidades de ensino de Serviço Social nos anos 1990-1996", atingindo 48% do universo das unidades de ensino

9. São autoras do relatório da referida investigação as professoras Marina Abreu e Ivete Simonatto, Rio de Janeiro, 1996.

do País, constatou um total de 219 projetos de pesquisa em andamento e concluídas e a existência de 58 núcleos de pesquisa. Os pesquisadores estavam assim distribuídos em relação à titulação: 53 doutores, 106 mestres, 39 especialistas e 32 graduados.

A mesma investigação identificou como temas polarizadores da pesquisa em Serviço Social:

a) Estado e políticas sociais, com ênfase nas áreas de segurança social (saúde, previdência e assistência social), infância e adolescência, terceira idade, educação, lazer e habitação, gestão de políticas públicas, desenvolvimento regional e poder local, direitos sociais e cidadania, participação e controle social, com destaque às estratégias consultivas.

b) Relações sociais e questão social em suas dimensões urbana e rural, envolvendo temas como: exclusão social/pobreza, relações de gênero, cultura e subjetividade.

c) Organização da sociedade civil e política: movimentos sociais urbanos e rurais, sindical e operário, organização popular, ONGs, desenvolvimento de comunidade e educação popular, partidos políticos.

d) Trabalho, contemplando os seguintes recortes temáticos: geração de emprego e renda, inovações tecnológicas e organizacionais no campo empresarial, tecnologias alternativas e trabalho domiciliar/feminino, trabalho infantil, acidentes de trabalho, doenças profissionais, mercado de trabalho do Assistente Social.

e) Fundamentos do Serviço Social e formação profissional. Estes dados referem-se às pesquisas realizadas na pós-graduação e na graduação, aí incluída a iniciação científica.

A pós-graduação em Serviço Social no Brasil vem exercendo um papel de referência para as unidades de ensino no continente latino-americano e para Portugal.<sup>10</sup>

Salienta-se, também, o processo de intercâmbio com universidades e centros de pesquisa europeus, norte-americanos e latino-americanos por parte dos cursos de graduação e programas de pós-graduação em Serviço Social no país.<sup>11</sup>

10. Assim, através da PUC/SP, foi estruturado um mestrado na Universidade do Porto e mestrado e doutorado no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, em Portugal. Recentemente, ampliou seu mestrado para a Universidade de la Plata (Argentina), com o intuito de criar bases para a implantação de um mestrado naquela Universidade. Igualmente, a UFRJ firmou um convênio com a Universidade de Montevideo (Uruguai) para ministrar o curso de mestrado em Serviço Social, tendo em vista a estruturação futura de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, dentre outros.

11. Exemplificam esse processo, o Projeto Alpha com a Comunidade Européia, do qual participam a PUC/SP, a UFRJ e universidades do Chile, Portugal, Itália e Suécia; a UNESP

No período 1970-1990, afirma-se a produção acadêmica dessa área, expandindo o seu mercado editorial. As publicações especializadas são fomentadas com o importante contributo da produção docente e discente da graduação e da pós-graduação. O Brasil lidera em volume de publicações, especialmente livros, o mercado editorial latino-americano de Serviço Social. O acervo de revistas e periódicos de espectro nacional ainda é pequeno, mas significativo. Destacam-se a revista *Debates Sociais* e a coleção *Temas Sociais*, sob a responsabilidade do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS), o *Caderno ABESS* e a revista *Serviço Social & Sociedade*, esta de caráter quadrimestral, criada em 1979, em São Paulo, editada pela Cortez Editora, e que se encontra atualmente no seu número 54.

## 5. Outras atividades acadêmicas

Com base no levantamento realizado pela ABESS, já mencionado, 65,11% dos cursos de Serviço Social mantêm programas de monitoria, enriquecendo as atividades de ensino.

O Programa de Treinamento Especial (PET) da CAPES é realizado em 18,6% das unidades de ensino de graduação. Programas de extensão são desenvolvidos por 74,40% das unidades de ensino amostradas, abrangendo um total de 189 docentes e 1254 discentes, nas áreas temáticas polarizadoras das pesquisas no Serviço Social, como já referido.

## 6. Considerações finais

A área de Serviço Social tem forte expansão a partir dos anos 60 com a criação de novos cursos e aumento da oferta de vagas, fazendo frente à ampliação do mercado de trabalho. A consolidação do exercício profissional na área das políticas sociais públicas e privadas, com ênfase no campo da segurança social, saúde, previdência e assistência social, intensifica, nas últimas décadas, a atuação junto à infância e adolescência, família, terceira idade e deficientes.

estabeleceu convênio ampliado com a Universidade da Província do Centro de Buenos Aires — UNICEN-Trandil, em 1996; o convênio CAPES/COFECUB para um projeto de pesquisa envolvendo a Universidade de Toulouse, a Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris) e a UFRJ, com parecer de excelência da CAPES; o convênio de cooperação técnico-científica com a Universidade de Manchester e a UFPB, viabilizando visitas entre pesquisadores de ambas as universidades; convênios entre a PUC/RS e a Universidade Kassel, Alemanha, e Universidade Federal de Mar del Plata, Argentina; o convênio entre a PUC/RJ, a Geo-Rio, IDRC e a Universidade de Otawa.

Expandir-se o trabalho profissional no campo da capacitação e da organização de segmentos da sociedade civil, tais como: movimentos populares, sindicatos, cooperativas e associações comunitárias e assessoramento a conselhos de gestão. Mais recentemente, com o crescimento do chamado terceiro setor, o Assistente Social vem sendo requisitado para assessorias, consultorias, treinamentos, gerenciamento de recursos e de programas e projetos sociais.

Por estas considerações, a formação profissional do Assistente Social deve ser mantida e expandida em padrão de qualidade compatível com a complexidade sócio-histórica e ético-política, inerente à demanda e às áreas de inserção da profissão.

Fica, entretanto, evidenciado nesta caracterização da área de Serviço Social que a oferta de vagas, sobretudo nas IES públicas, não vem acompanhando a demanda real para os cursos.

Sugere-se, desse modo:

1. a otimização do potencial já instalado na rede pública, a fim de garantir maior oferta de vagas e criação de novos cursos nas IES públicas;
2. instalação de processo permanente de avaliação e acompanhamento da formação profissional, tanto nas IES de natureza pública quanto nas de dependência privada;
3. expansão dos cursos de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.